EUA aos 250 anos: é hora de retomar a sabedoria dos fundadores[1]

Los EE. UU. a los 250 años: es hora de volver a la sabiduría de los fundadores

US at 250: A time to return to the founders' wisdom

Jeffrey D. Sachs[2]

Neste sábado, os Estados Unidos celebrarão o 250º aniversário de sua Declaração de Independência. A data convida à reflexão — não apenas sobre o que os EUA se tornaram, mas também sobre os princípios fundadores que tantas vezes eles deixaram de lado. Três desses princípios, formulados pelos próprios fundadores, poderiam, se fossem lembrados hoje, transformar a condução da política externa americana e melhorar as perspectivas para a paz mundial.

O primeiro está contido na abertura da Declaração de Independência. Os colonos americanos justificaram sua decisão de se separar da Grã-Bretanha apelando para "um devido respeito às opiniões da humanidade". Tratava-se de uma formulação notável. O Congresso Continental reivindicava legitimidade por meio de argumentos racionais dirigidos à comunidade humana mais ampla, cujas opiniões mereciam consideração e respeito. Ao se apresentar ao mundo, a nova república o fazia como membro da família humana, e não como sua futura dominadora. Ser digna do respeito dos outros — em vez de exigir sua submissão — era apresentado como o fundamento da identidade política americana.

O segundo princípio encontra-se no conselho dado pelo presidente George Washington em seu Discurso de Despedida de 1796. Frustrado com a inclinação partidária de seus compatriotas em favor da Grã-Bretanha ou da França, o primeiro presidente defendeu um caminho diferente: "Nossa verdadeira política consiste em evitar alianças permanentes com qualquer parte do mundo estrangeiro." Cinco anos depois, em seu primeiro discurso de posse, Thomas Jefferson condensou a mesma sabedoria na frase que ecoaria ao longo do tempo: "Paz, comércio e amizade sincera com todas as nações; alianças enredadoras com nenhuma." Uma jovem república nada ganhava — e muito arriscava — ao vincular seu destino às rivalidades das potências estrangeiras.

O terceiro princípio é, atualmente, o mais mal compreendido. A Doutrina Monroe, proclamada pelo presidente James Monroe em sua mensagem anual ao Congresso, em 2 de dezembro de 1823, costuma ser invocada — tanto por amigos quanto por críticos dos Estados Unidos — como a carta fundadora das ambições hegemônicas americanas nas Américas.

No entanto, o texto original diz algo bastante diferente. Monroe não reivindicava qualquer supremacia dos EUA sobre a América Latina. Em vez disso, advertia as potências

---

[1] Artigo originalmente publicado no site China Daily, em 03 de julho de 2026. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/a/202607/03/WS6a471746a310986e2b463543.html

[2] O autor é Professor Universitário da Columbia University e presidente da UN Sustainable Development Solutions Network.

europeias de que as recém-independentes repúblicas americanas “não deveriam mais ser consideradas sujeitas a futura colonização por quaisquer potências europeias”.

Em contrapartida, Monroe comprometia-se a manter os Estados Unidos afastados dos assuntos europeus e, especialmente, das guerras europeias: “Nas guerras das potências europeias, em questões que lhes dizem respeito, jamais tomamos parte, nem é compatível com nossa política fazê-lo.”

A Doutrina Monroe original era uma doutrina de não interferência mútua e respeito mútuo: a Europa deveria permanecer fora das Américas, e os Estados Unidos deveriam permanecer fora da Europa.

Somente mais tarde, com o “Corolário” de Theodore Roosevelt, em 1904, a doutrina foi transformada em uma reivindicação do direito dos Estados Unidos de exercer um papel de polícia sobre o Hemisfério Ocidental.

Esses três princípios — uma política digna do respeito dos demais, uma política externa livre de alianças enredadoras e uma postura de não interferência mútua entre as grandes regiões do mundo — formavam uma visão coerente sobre como uma nação deveria se comportar na arena internacional: com racionalidade, com moderação e com a consciência de que as opiniões ponderadas da humanidade constituem a medida adequada da legitimidade.

Ainda assim, desde o início, os Estados Unidos também cultivaram um impulso oposto: o impulso imperial. Mesmo enquanto líderes americanos citavam Washington e Jefferson, os exércitos americanos travavam um século de guerras contra os povos indígenas da América do Norte, despojando-os de suas terras em nome do “Destino Manifesto”. No século XX, esse impulso imperial avançou pelo Pacífico até as Filipinas, atravessou o Estreito da Flórida até Cuba e se estendeu pela longa série de intervenções da Guerra Fria na Coreia, no Vietnã, no Irã, na Guatemala, no Chile, no Congo e na Indonésia. No século XXI, prosseguiu no Afeganistão, no Iraque, na Líbia, na Síria, no Iêmen e na Ucrânia. E no final de fevereiro os Estados Unidos se juntaram a Israel em uma flagrante guerra de agressão contra o Irã, atacando uma nação soberana em desafio ao direito internacional e à Carta das Nações Unidas.

Ao longo de dois séculos e meio, os Estados Unidos oscilaram entre sua melhor versão e sua tentação imperial. Em nosso tempo, a tentação imperial frequentemente prevaleceu e, muitas vezes, produziu resultados desastrosos.

O 250º aniversário oferece aos Estados Unidos a oportunidade de fazer uma nova escolha. O mundo de hoje não é um palco no qual uma única superpotência possa agir com impunidade. Ele é — e deve ser — uma comunidade de nações que convivam com respeito mútuo e em condições de igualdade. O caminho de volta à sabedoria dos fundadores é também o caminho para a paz, um caminho que os Estados Unidos deveriam trilhar com a China, a Rússia, o Irã, o grupo BRICS e os países emergentes e em desenvolvimento de todas as regiões. Os Estados Unidos não deveriam intimidar o mundo, mas voltar a integrar-se a ele como um amigo e parceiro valorizado na promoção do bem comum. Isso, aos 250 anos, representaria a mais digna demonstração de respeito aos fundadores e à comunidade de nações à qual eles procuraram se unir.